

# AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA/FFLCH-USP UMA RESPOSTA À COMISSÃO AVALIADORA DA CAPES

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

**Coordenador** do curso de Pós-graduação em  
Geografia Humana–Depto.de Geografia-FFLCH/USP

Ana Fani Alessandri Carlos

**Vice-Coordenadora** do curso de Pós-graduação em  
Geografia Humana–Depto.de Geografia-FFLCH/USP

A avaliação da Universidade e do trabalho que aí se realiza é fundamental – disso ninguém duvida. O que se coloca é o “modo” como esta deve ser realizada e, que acreditamos deva se submeter aos objetivos e sentidos do trabalho acadêmico realizado na Universidade. Como não contestamos a necessidade de avaliação das atividades realizadas na Universidade, a discussão recai, necessariamente, sobre o modo como ela se realiza – a partir de parâmetros que vêm confundindo, sistematicamente, forma e conteúdo.

Dar transparência aos procedimentos norteadores do processo avaliatório torna-se necessário, no momento atual onde a imposição de parâmetros capazes de medir uma eventual “competência e quantidade” parecem ter se transformado em “verdades absolutas” e incontestáveis.

Convém insistir que o trabalho que se realiza na Universidade deve antes de tudo estar comprometido com a sociedade como um todo e com o desenvolvimento do conhecimento, onde a pesquisa deva ser capaz de trazer uma contribuição para a análise da realidade brasileira neste final de século, sem subjugar-se a interesses de grupos.

O caminho da pesquisa não é linear nem sempre ou, quase nunca, fácil. A cada dia se inventa e se descobre no plano do conhecimento, ele próprio relativo e aberto às mudanças. Hoje a reflexão sobre a crise dos paradigmas não é nada simples, a reprodução do conhecimento geográfico, revelador do mundo, se impõe apontando novos caminhos à análise. Fatos não negligenciáveis.

A seguir, apresentamos a avaliação realizada pela Comissão referente aos programas de pós-graduação em Geografia Humana FFLCH-USP – Mestrado e Doutorado – e o “recurso” feito pela coordenação do programa enviado à CAPES, que queremos dar transparência. Ele pode ser o indutor de um debate sobre as relações entre a Universidade e as Instituições de Fomento. Mas antes ainda cabe deixar claro nossa perplexidade diante do fato de que a CAPES deu autonomia à Comissão avaliadora para discutir/ampliar os critérios o que parece, **não foi feito**. Este fato, talvez, pudesse ter permitido uma avaliação acadêmica efetiva e, quem sabe trazer elementos significativos para que pudéssemos refletir sobre o nosso trabalho.

**CA P E S**Avaliação dos  
Programas de Pós-  
Graduação**DOCUMENTO DE ÁREA**

1998

CA P E S - AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO  
BIÊNIO: 1996-1997  
ÁREA: GEOGRAFIA  
DOCUMENTO DE ÁREA

**RELATÓRIO**

Em 1997, a Geografia contava com 14 programas de pós-graduação em funcionamento, sendo 4 deles de Mestrado e Doutorado. No período de 1996/1997, foram criados os mestrados da Universidade Estadual do Ceará e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Já recomendados pela CAPES, começam a funcionar, em 1998, os mestrados da Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com isto, a Geografia conta, hoje, com 17 programas de pós-graduação. Em comparação com outras áreas, apresenta, ainda, potencial importante para expansão, em especial no caso de doutorado.

Comparando o biênio 1994/1995 com o período 1996/1997, observa-se, de forma geral, o seguinte:

- a) houve melhoria no dimensionamento e na qualificação do corpo docente;
- b) houve melhoria na produção científica dos docentes, mas há necessidade de crescimento ou retomada em alguns Programas;
- c) continua pequena a produção científica dos docentes publicada no exterior;
- d) observa-se uma importante dinamização da produção discente;
- e) houve melhoria na estruturação de linhas e projetos de pesquisa para alguns Programas, mas, para outros, há necessidade de revisão visando uma melhor adequação aos objetivos dos cursos;
- f) permanece grande o número de projetos de pesquisa individuais;
- g) ainda é elevado o tempo médio de titulação de mestrandos e doutorandos, embora tenha havido uma melhoria no período;
- h) houve melhorias, em termos gerais, na infra-estrutura dos Programas; as bibliotecas apresentaram reforço com utilização dos recursos do PROAP.

**RECOMENDAÇÕES GERAIS AOS PROGRAMAS**

1. os Programas devem evitar nomes de disciplinas que sejam os mesmos das disciplinas da graduação (ou que possam ser tidas como características do ensino de graduação) ou genéricas demais, como é o caso de Geografia da População, Geografia Cultural, Sensoriamento Remoto, Climatologia, Geografia da Agricultura, Pedologia, Biogeografia, Hidrologia, Geografia Agrária: conceitos básicos;
2. muitos Programas deveriam buscar a atualização, tanto da área de concentração, quanto das linhas de pesquisa, procurando adequá-las à dinâmica da ciência e da sociedade;
3. os Programas deveriam realizar uma análise rigorosa de suas estruturas curriculares, excluindo delas disciplinas não ministradas há muito tempo ou linhas de pesquisa que já não tenham mais produção, para que a proposta do Programa reflita exatamente sua operacionalidade e possa servir de informação segura para os eventuais candidatos;
4. é necessária a busca de uma maior eficiência de alguns Programas, diminuindo o tempo médio de titulação que, atualmente, gira em torno de 60 meses para o mestrado;
5. os Programas não devem descuidar da manutenção e atualização da infra-estrutura de laboratórios já instalada;
6. deveria ser incrementado o intercâmbio com o exterior, ausente em muitos cursos, bem como ampliar o intercâmbio entre os Programas, por meio de convênios de ensino e pesquisa;
7. os Programas deveriam avaliar, através da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia - ANPEGE -, a oportunidade da instituição de uma revista nacional que expressasse a produção científica da área, com padrões compatíveis com sua importância;
8. deveria haver maior cuidado no fornecimento das informações que, em muitos casos, chegou incompleta e/ou incorreta, dificultando a avaliação.

**RECOMENDAÇÕES GERAIS À CAPES**

1. Considerando que o sucesso e a qualidade de um curso de pós-graduação estão, em grande parte, associados à excelência dos recursos bibliográficos colocados à sua disposição; considerando ainda, que as Universidades passam por sérias restrições

CAPES

Avaliação dos  
Programas de Pós-  
Graduação

## DOCUMENTO DE ÁREA

1998

orçamentárias, seria de fundamental importância que os recursos destinados pela CAPES aos Programas pudessem continuar a ser utilizados para aquisição de material bibliográfico (pelo menos livros), para melhoria e/ou atualização de acervos.

2. Considerando que a Geografia, embora enquadrada como Ciência Humana, tem aspectos que a colocam ao lado das Geociências, e, por isso, a fazem necessitar de laboratórios específicos, como os de Sensoriamento Remoto, Sistemas de Informação Geográfica, Climatologia, Solos, Geomorfologia, urge que seja revista sua classificação quanto ao seu peso para cálculo da alocação de recursos da CAPES, visto que, para os programas, é imprescindível instalar, manter e melhorar estes laboratórios, bem como dispor de recursos para permitir aos alunos a realização de trabalhos de campo que, em grande parte dos casos, são condição "sine qua non" para execução das teses e dissertações.

3. Considerando que foi fundada, e funciona desde 1993, a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia ANPEGE -, que congrega todos os Programas de Geografia do país, é importante que a CAPES passe a considerá-la como uma instância de consulta e interlocução nos assuntos relativos à pós-graduação e que apoie a ANPEGE nas iniciativas de congregação dos Programas para discussão dos problemas da área e propostas de políticas ou diretrizes gerais.

## AVALIAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Avaliando o processo de avaliação, a comissão considera o seguinte:

1. a importância da informatização do processo, que permitiu a reunião de uma grande variedade e quantidade de indicadores;
2. o funcionamento do sistema, com boa performance e facilidade de interação com os usuários;
3. o trabalho da comissão teria sido facilitado se esta tivesse recebido, logo na manhã do primeiro dia, todas as informações de que necessitava para começar as análises, ou seja, um exemplar completo do relatório de cada Programa;
4. como isto não ocorreu, houve dispêndio de muito tempo para a localização das informações, quer acessando diretamente o sistema, quer com o auxílio do pessoal de apoio, por sinal solícitos e atenciosos, mas que tiveram que enfrentar a demanda de todos os grupos, em curto espaço de tempo;
5. o modelo de avaliação formulado levou à especificação de um número mínimo de quesitos para cada item avaliado. Na prática, muitos deles se mostraram pouco discriminadores e, portanto, sem significação para o processo de avaliação. Assim, a comissão sugere que, imediatamente após o término do presente processo, a CAPES realize uma discussão sobre o modelo e os quesitos de avaliação;
6. a atualização do quadro de Indicadores de Funcionamento e Desempenho seria de grande auxílio na elaboração da síntese evolutiva dos Programas;
7. embora seja absolutamente necessário garantir um núcleo de referência docente consistente, com vinculação contratual às instituições que mantêm os Programas e razoável dedicação a eles, a participação de professores aposentados nos Programas deveria ser estimulada, para que não se perca o lastro de experiência e conhecimento acumulado por esses docentes, a orientação segura e mais diversificada e sua contribuição à produção científica dos Programas. A ênfase na utilização de índices exclusivos tendo por base SP/CLT, pode levar os Programas a uma atitude de exclusão desses profissionais, já que, da maneira como estão colocados os índices, referenciados ao NRD, acabam por penalizar os Programas que contam com esta colaboração.

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Avaliação dos Programas  
de Pós-Graduação

## DOCUMENTO DE ÁREA

199

Período: 1996/1997

Área de Avaliação: GEOGRAFIA

## Áreas Básicas

GEOGRAFIA  
GEOGRAFIA HUMANA

## Comissão de Avaliação - Consultores

SYLVIO CARLOS BANDEIRA DE MELLO E SILVA - UFBA - BA - (Coordenador)

LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GERARDI - UNESP/RC - SP

LUIZ FERNANDO SCHEIBE - UFSC - SC

MARCELO JOSÉ LOPES DE SOUZA - UFRJ - RJ

NILSON CORTEZ CROCIA DE BARROS - UFPE - PE

Brasília, maio/junho de 1998.

Período: 1996/1997

Área de Avaliação: GEOGRAFIA

IBB	UF	Programa	Níveis	Conceit.
UECE	CE	22003010008P3 GEOGRAFIA	M	3
UFPE	PE	25001019018P4 GEOGRAFIA	M	4
UFSE	SE	27001018001P2 GEOGRAFIA	M	4
UFBA	BA	28001010032P1 GEOGRAFIA	M	4
UFRJ	RJ	31001017024P4 GEOGRAFIA	M/D	6
UFMG	MG	32001010037P1 GEOGRAFIA	M	4
UFU	MG	32006012010P8 GEOGRAFIA	M	4
PUC/MG	MG	32008015003P4 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL	M	4
USP	SP	33002010034P1 GEOGRAFIA (GEOGRAFIA FÍSICA)	M/D	5
USP	SP	33002010035P8 GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA)	M/D	4
UNESP/PP	SP	33004129042P3 GEOGRAFIA	M/D	5
UNESP/RC	SP	33004137004P0 GEOGRAFIA	M/D	6
UEM	PR	40004015012P0 GEOGRAFIA	M	3
UFSC	SC	41001010016P3 GEOGRAFIA	M	5
UFRGS	RS	42001013065P3 GEOGRAFIA	M	3
UFG	GO	52001018012P5 GEOGRAFIA	M	4
UNB	DF	53001010043P4 GEOGRAFIA	M	3

**CAPES** Avaliação dos  
Programas de Pós-  
Graduação

**CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO**

1998

Questões	Pesos
I Proposta do Programa <sup>1)</sup>	0
II Corpo Docente	20
III Atividades de Pesquisa	20
IV Atividades de Formação	15
V Corpo Discente	10
VI Teses e Dissertações	15
VII Produção Intelectual	20
<b>Soma dos Pesos <sup>2)</sup></b>	<b>100,0</b>

<sup>1)</sup> O quesito Proposta do Programa não recebe ponderação específica.

<sup>2)</sup> Os pesos dos quesitos II a VII devem situar-se entre 5 e 30, inclusive.

<sup>3)</sup> A soma dos pesos dos quesitos II a VII deve ser igual a 100.

**PONDERAÇÃO DOS ÍTENS**

**I - Proposta do Programa**

a. Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

Coerência e consistência da Proposta do Programa.

Adequação e abrangência das Áreas de Concentração relativamente à Área Básica do Programa.

Adequação e abrangência das Linhas de Pesquisa em relação às Áreas de Concentração e nível dos cursos.

Interdisciplinaridade: Áreas Afins

Efeito multiplicador: proporção de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes.

Adequação dos requisitos de titulação em relação ao nível dos cursos.

b. Síntese da avaliação. Pesos dos Itens.

Itens <sup>1)</sup>	Pesos <sup>2)</sup>
1 Coerência e consistência da Proposta do Programa.	25
2 Adequação e abrangência das Áreas de Concentração.	25
3 Adequação e abrangência das Linhas de Pesquisa à Proposta do Programa	25
4 Proporção de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes.	25
5	xx
6	xx

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Os itens deste quesito não recebem ponderação específica.

Período: 1996/1997

Área de Avaliação: GEOGRAFIA

#### PERFIL DE EXCELÊNCIA

Referência de excelência adotada pela Comissão para sua Área de Avaliação. Conjunto de características e de requisitos de desempenho exigidos de um Programa para que lhe seja atribuído o conceito máximo.

Ver documento de área.

#### Áreas Básicas

GEOGRAFIA  
GEOGRAFIA HUMANA

#### Comissão de Avaliação – Consultores

SYLVIO CARLOS BANDEIRA DE MELLO E SILVA - UFBA - BA - (Coordenador)

LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GERARDI - UNESP,RC - SP

LUIZ FERNANDO SCHEIBE - UFSC - SC

MARCELO JOSE LOPES DE SOUZA - UFRJ - RJ

NILSON CORTEZ CROCIÁ DE BARROS - UFPE - PE

Brasília, maio/junho de 1998.

#### PONDERAÇÃO DOS QUESITOS

<b>CA P E S</b>	Avaliação dos Programas de Pós- Graduação
<b>CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO</b>	
1998	

**II - Corpo Docente**

a. Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

▷ **Corpo Docente**

Composição: SP/CLT, professores visitantes, bolsistas recém-doutores e outros docentes.  
Vínculo com IES e dedicação ao Programa: regime de trabalho e percentual de atuação.  
Núcleo de Referência Docente - NRD6: dimensão relativa ao total de docentes.  
Professores Visitantes: intercâmbio.  
Bolsistas Recém-Doutores: renovação.  
Outros docentes: dependência de docentes não pertencentes ao NRD6.  
Atuação: tipos de participação.

▷ **Núcleo de Referência Docente - NRD6:**

Qualificação: nível e origem da titulação formal; tempo de titulação; experiência.  
Abrangência: áreas de titulação relativamente às Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa.  
Atuação: tipos de participação.

▷ **Pesquisadores e Outros Participantes**

Dimensão relativa à dimensão do NRD6.  
Qualificação: nível e origem da titulação formal; tempo de titulação; experiência.  
Atuação: tipos de participação.

b. Síntese da avaliação: Pesos dos Itens.

Itens <sup>1)</sup>	Pesos <sup>2)</sup>
1 Composição e atuação do corpo docente; vínculo institucional e dedicação.	35
2 Dimensão do NRD6 relativamente ao corpo docente. Atuação do NRD6 no Programa.	25
3 Abrangência, especialização do NRD6 relativamente às Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa. Qualificação do NRD6.	10
4 Intercâmbio ou renovação do corpo docente. Participação de outros docentes.	30
5	
6	
<b>Soma dos Pesos<sup>3)</sup></b>	<b>100,0</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Os pesos dos itens 1 a 4 devem ser maiores ou iguais a 5. Havendo conteúdos nos itens 5 e 6, seus pesos devem ser maiores ou iguais a 5.

<sup>3)</sup> A soma dos pesos deve ser igual a 100.

<b>CA P E S</b>	Avaliação dos Programas de Pós- Graduação
<b>CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO</b>	
1998	

**III - Atividades de Pesquisa**

a. Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

Adequação das Linhas e Projetos de Pesquisa a Proposta do Programa.  
Abrangência das Linhas e Projetos de Pesquisa em relação às Áreas de Concentração.  
Vínculo entre Linhas e Projetos de Pesquisa.  
Quantidade de Projetos de Pesquisa em relação à dimensão e à qualificação do NRD6.  
Participação do corpo docente nos Projetos de Pesquisa.

b. Síntese da avaliação: Pesos dos Itens.

Itens <sup>1)</sup>	Pesos <sup>2)</sup>
1 Adequação e abrangência dos Projetos e Linhas de Pesquisa em relação às Áreas de Concentração.	30
2 Vínculo entre Linhas e Projetos de Pesquisa.	25
3 Adequação da quantidade de Linhas e Projetos de Pesquisa em andamento em relação à dimensão e à qualificação do NRD6.	25
4 Participação do corpo docente nos Projetos de Pesquisa.	20
5	
6	
<b>Soma dos Pesos<sup>3)</sup></b>	<b>100,0</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Os pesos dos itens 1 a 4 devem ser maiores ou iguais a 5. Havendo conteúdos nos itens 5 e 6, seus pesos devem ser maiores ou iguais a 5.

<sup>3)</sup> A soma dos pesos deve ser igual a 100.

## CAPES

Avaliação dos  
Programas de Pós-  
Graduação

## CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

1998

## IV - Atividades de Formação

a) Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

## ◇ Estrutura Curricular

Adequação à Proposta do Programa.  
Abrangência em relação às Áreas de Concentração do Programa.

## ◇ Disciplinas ministradas no Ano-Base

Abrangência em relação às Linhas e Projetos de Pesquisa.  
Quantidade em relação à dimensão do NRD6.

## ◇ Carga Docente

Carga horária média do NRD6.  
Participação no ensino de graduação.  
Distribuição da carga horária entre os docentes.  
Participação de professores visitantes, bolsistas recém-doutores e outros docentes

## ◇ Orientação:

Orientação de discentes de graduação e de pós-graduação.  
Número médio de orientandos do NRD6.  
Participação de outros docentes-orientadores.  
Distribuição da orientação entre os docentes.

b) Síntese da avaliação. Pesos dos Itens.

Itens <sup>1)</sup>	Pesos <sup>2)</sup>
1 Adequação e abrangência da Estrutura Curricular relativamente à Proposta do Programa e às suas Áreas de Concentração. Adequação e abrangência das disciplinas ministradas em relação às Linhas e Projetos de Pesquisa	30
2 Distribuição da carga letiva e carga horária média. Participação de outros docentes.	20
3 Quantidade de orientadores do NRD6 relativamente à dimensão do corpo docente. Distribuição da orientação entre os docentes e número médio de orientandos por docente.	20
4 Atividades letivas e de orientação nos cursos de graduação.	10
5 Recursos de biblioteca, laboratórios e informática	20
6	
<b>Soma dos Pesos<sup>3)</sup></b>	<b>100,0</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.<sup>2)</sup> Os pesos dos itens 1 a 4 devem ser maiores ou iguais a 5. Havendo conteúdos nos itens 5 e 6, seus pesos devem ser maiores ou iguais a 5.<sup>3)</sup> A soma dos pesos deve ser igual a 100.

## CAPES

Avaliação dos  
Programas de Pós-  
Graduação

## CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

1998

## V - Corpo Discente

a) Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

## ◇ Fluxo de Alunos na Pós-Graduação:

Dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD6.  
Número médio de alunos por disciplina ministrada.  
Número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente.  
Número de titulados em relação à dimensão do corpo discente.  
Proporção de desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo discente.

## ◇ Discentes-Autores:

Número de discentes-autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente.  
Participação de discentes-autores da graduação.  
Tipos de participação.

b) Síntese da avaliação. Pesos dos Itens

Itens <sup>1)</sup>	Pesos <sup>2)</sup>
1 Dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD6.	20
2 Número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente.	20
3 Número de titulados e proporção de desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo discente.	40
4 Número de discentes-autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente [e participação de discentes-autores da graduação]	20
5	
6	
<b>Soma dos Pesos<sup>3)</sup></b>	<b>100,0</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.<sup>2)</sup> Os pesos dos itens 1 a 4 devem ser maiores ou iguais a 5. Havendo conteúdos nos itens 5 e 6, seus pesos devem ser maiores ou iguais a 5.<sup>3)</sup> A soma dos pesos deve ser igual a 100.

<b>CAPES</b>	Avaliação dos Programas de Pós- Graduação
<b>CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO</b>	
1998	

**VI - Teses e Dissertações**

a Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

◊ **Titulações:**

Vínculo com Projetos e Linhas de Pesquisa e Áreas de Concentração.  
Adequação ao nível do curso.  
Qualificação das Bancas Examinadoras e número médio do examinadores.  
Tempo médio para titulação, considerados os bolsistas e não-bolsistas.  
Tempo médio para titulação de bolsistas em relação ao tempo médio de bolsa.

> **Orientação:**

Número de titulados em relação à dimensão do NRD6.  
Distribuição de titulados entre orientadores do NRD6.  
Número de orientadores em relação à dimensão do NRD6.  
Participação de professores visitantes, bolsistas recém-doutores e outros orientadores.

b Síntese da avaliação. Pesos dos Itens.

Itens <sup>1)</sup>	Pesos <sup>2)</sup>
1 Vínculo das teses e dissertações com Áreas de Concentração e com Linhas e Projetos de Pesquisa; adequação ao nível dos cursos.	30
2 Tempo médio de titulação de bolsistas; tempo médio de bolsa. Relação entre os tempos médios de titulação de bolsistas e de não bolsistas.	30
3 Número de titulados em relação à dimensão do NRD6. Participação de outros docentes.	20
4 Qualificação das Bancas Examinadoras. Participação de membros externos.	20
5	
6	
<b>Soma dos Pesos <sup>3)</sup></b>	<b>100.0</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Os pesos dos itens 1 a 4 devem ser maiores ou iguais a 5. Havendo conteúdos nos itens 5 e 6, seus pesos devem ser maiores ou iguais a 5.

<sup>3)</sup> A soma dos pesos deve ser igual a 100.

<b>CAPES</b>	Avaliação dos Programas de Pós- Graduação
<b>CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO</b>	
1998	

**VII - Produção Intelectual**

a Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

◊ **Produção:**

Adequação dos tipos de produção à Proposta do Programa.  
Vínculo aos Projetos e Linhas de Pesquisa e às Áreas de Concentração.  
Vínculo com Teses e Dissertações.  
Qualidade dos veículos ou meios de divulgação ou apresentação.  
Regularidade da produção.

◊ **Autoria:**

Quantidade em relação à dimensão do NRD6.  
Distribuição da autoria da produção entre os docentes do NRD6.  
Produção de professores visitantes, bolsistas recém-doutores e outros docentes.  
Produção de discentes-autores.

b Síntese da avaliação. Pesos dos Itens.

Itens <sup>1)</sup>	Pesos <sup>2)</sup>
1 Adequação dos tipos de produção à Proposta do Programa e vínculo com as Áreas de Concentração, Linhas e Projetos de Pesquisa ou Teses e Dissertações.	20
2 Qualidade dos veículos ou meios de divulgação.	30
3 Quantidade e regularidade em relação à dimensão do NRD6; distribuição da autoria entre os docentes.	30
4 Autoria ou co-autoria de docentes.	10
5 Veículo de divulgação associado	10
6	
<b>Soma dos Pesos <sup>3)</sup></b>	<b>100.0</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Os pesos dos itens 1 a 4 devem ser maiores ou iguais a 5. Havendo conteúdos nos itens 5 e 6, seus pesos devem ser maiores ou iguais a 5.

<sup>3)</sup> A soma dos pesos deve ser igual a 100.

## RECURSO

**Interessado:** Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado em Geografia Humana FFLCH USP

**Assunto:** Avaliação CAPES 1996/1997

Em função dos resultados apresentados pela Comissão de Avaliação da CAPES referentes ao período 1996/1997, esta Coordenação solicita, baseando-se nos argumentos enumerados a seguir, pedido de revisão do conceito final atribuído a este programa, tendo como objetivo precípuo uma avaliação sustentada na análise do trabalho acadêmico realizado neste Departamento.

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Avaliação dos Programas de Pós-Graduação



FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

199

Período: 1996/1997

Área de Avaliação: GEOGRAFIA

Programa: (33002610035P8) GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA)

Instituição: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, USP, SP

Cursos		Início	Dados disponíveis na	
			Coleta de Dados	
mestrado	GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA)	1971	1996	1997
doutorado	GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA)	1971	1996	1997

### Comissão de Avaliação - Consultores

SYLVIO CARLOS BANDEIRA DE MELLO E SILVA - UFBA - BA - (Coordenador)

LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GERARDI - UNESP/RC - SP

LUIZ FERNANDO SCHEIBE - UFSC - SC

MARCELO JOSÉ LOPES DE SOUZA - UFRJ - RJ

NILSON CORTEZ CROGIA DE BARROS - UFPE - PE

### QUESITOS

Brasília, maio/junho de 1998.

#### I - Proposta do Programa

##### a) Síntese da avaliação

Itens <sup>1)</sup>	Avaliação <sup>2)</sup>
1. Coerência e consistência da Proposta do Programa.	Adequado
2. Adequação e abrangência das Áreas de Concentração.	Adequado
3. Adequação e abrangência das Linhas de Pesquisa à Proposta do Programa	Adequado
4. Proporção de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes.	Adequado
5.	
6.	
<b>Comissão</b>	<b>Adequado</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Atributos: Adequado, Inadequado.

##### b) Apreciação.

### 1. Quanto ao item I Proposta do Programa

O Mestrado e o Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana foram considerados "adequados" o que certamente garante que eles são portadores de coerência e consistência no que se refere à proposta do Programa; apresentando adequação e abrangência das Áreas de concentração e das linhas de pesquisas à proposta e possuem, proporcionalidade de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes.

Este conceito "adequado" revela que o Programa está, na avaliação da Comissão, dentro dos parâmetros gerais que a CAPES e ela própria determinou. Convém ressaltar que a proposta do programa, no que tange à atualização dos temas em vista das tendências da ciência tem sido fortalecida pela troca de informações com outras instituições nacionais e do exterior seja através da recepção de alunos de outras áreas do país, seja pela realização de eventos temáticos nacionais e internacionais, e da frequência de membros dos corpos docente e discentes a eventos promovidos por outras instituições no Brasil e fora dele, seja ain-

da pela realização de cursos sob responsabilidade de professores convidados.

Ressalte-se no que diz respeito à frequência a eventos científicos, a política recentemente adotada e posta em prática graças às taxas acadêmicas CAPES, e de bancada CNPq, de subsídios financeiros parcial para possibilitar a participação do corpo discente em eventos nacionais, como o recente Encontro Nacional de Geógrafos da AGB (1996 Recife), ou internacionais como o 6º Encontro Latino-americano de Geógrafos (Buenos Aires - 1997). Tal prática refletiu-se no aumento da produção científica do programa patente no presente relatório.

## II - Corpo Docente

### a. Síntese da avaliação.

Itens <sup>1</sup>	Pesos	Avaliação <sup>2</sup>
1 Composição e atuação do corpo docente; vínculo institucional e dedicação.	36	Muito Bom
2 Dimensão do NRD6 relativamente ao corpo docente. Atuação do NRD6 no Programa.	25	Bom
3 Abrangência, especialização do NRD6 relativamente às Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa. Qualificação do NRD6.	10	Muito Bom
4 Intercâmbio ou renovação do corpo docente. Participação de outros docentes.	30	Muito Bom
5		
6		
<b>Comissão</b>		<b>Muito Bom</b>

<sup>1</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.  
<sup>2</sup> Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

### b. Apreciação

Houve redução no número de docentes vinculados de forma integrada ao Programa.

## 1. Quanto ao item II Corpo Docente

A Comissão atribuiu avaliação máxima "muito bom" para três sub-itens avaliados, sendo que para um quarto sub-item, referente à "Dimensão NRD6" relativamente ao corpo docente, auferiu a avaliação "Bom" e apresentando como argumento a apreciação "Houve redução no número de docentes vinculados de forma integrada ao Programa"

Com relação a esta avaliação lembramos à Comissão que, conforme o Relatório de 1995, o NRD6 do Programa continha 27 orientadores. Já no relatório 96/97 este número passou para 24, ou seja, uma redução, segundo critério CAPES. É pertinente acrescentar que este critério foi criticado pela Comissão na "Avaliação da Avaliação" de 11% da NRD6.

Como consta do Relatório 96/97, esta redução deveu-se às aposentadorias dos Professores Doutores Milton Santos, Armando Corrêa da Silva e Maria Adélia de Souza. Entretanto, como pode ser comparado pelo Relatório, a redução mencionada no NRD6, não ocorreu na prática, pois os professores que se aposentaram continuam atuando integralmente no Programa. Assim, no auge de suas carreiras intelectuais continuam a dar suas contribuições ao curso, como pode ser visto no item referente às defesas, estes três orientadores levaram à defesa quatro (4) mestres e quatro (4) doutores. Eles somados aos outros quatro professores aposentados levaram à defesa um total de seis (6) mestres e seis (6) doutores, o que revela que, na média, estes professores aposentados têm uma produtividade praticamente igual aos docentes do NRD6.

Cabe reforçar o argumento que os professores aposentados dedicam-se agora, integralmente, à Pós-Graduação e à pesquisa, e portanto, na realidade cotidiana do Programa não houve redução geral de orientadores.

Assim, o Programa continua a contar com a colaboração de fato e de direito dos trinta e um (31) orientadores todos ativamente envolvidos no trabalho de orientação do mestrado e do doutorado.

Embora recebendo esta avaliação "bom", que julgamos de fato improcedente, a avaliação global da Comissão para este item II foi "muito bom", o que vale dizer que o Programa recebeu avaliação máxima.

## III - Atividades de Pesquisa

## a Síntese da avaliação.

Itens <sup>1)</sup>	Pesos	Avaliação <sup>2)</sup>
1 Adequação e abrangência dos Projetos e Linhas de Pesquisa em relação às Áreas de Concentração.	30	Bom
2 Vínculo entre Linhas e Projetos de Pesquisa.	25	Muito Bom
3 Adequação da quantidade de Linhas e Projetos de Pesquisa em andamento em relação à dimensão e à qualificação do NRD6.	25	Muito Bom
4 Participação do corpo discente nos Projetos de Pesquisa.	20	Fraco
5		
6		
<b>Comissão</b>		<b>Bom</b>

Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.  
 1) Atributos: Muito Bom, Bom, Regular, Fraco, Deficiente.

## b) Apreciação.

Algumas linhas de pesquisa são muito genéricas, repetindo nomes de disciplinas, como é o caso de Cartografia e Geografia Urbana, sendo conveniente uma melhor especificação. A linha de pesquisa Cartografia destoa das outras linhas e da Área de Concentração. Sugere-se o estudo da possibilidade de proposta de uma Área de Concentração em Cartografia, juntamente com as linhas de pesquisa correlatas do Programa de Geografia Física. A baixa participação do corpo discente nos projetos de pesquisa precisa ser corrigida.

### 3. Quanto ao item III Atividades de Pesquisas

A avaliação atribuída foi máxima para os sub-itens “Vínculos entre linhas e projetos de pesquisa” e adequação da quantidade de linhas e projetos de pesquisa em andamento em relação à dimensão e à qualificação do NRD6”

Quanto à avaliação do sub-item 1 - “Adequação e abrangência dos projetos e linhas de pesquisa em relação às Áreas de Concentração”, recebeu conceito “bom” e a justificativa da Comissão foi que “algumas linhas de pesquisa são genéricas, repetindo nomes de disciplinas como é o caso de Cartografia e Geografia Urbana, sendo conveniente uma melhor especificação. A linha de pesquisa de Cartografia destoa das outras linhas e da Área de Concentração. Sugere-se o estudo da possibilidade de proposta de uma Área de Concentração em Cartografia, juntamente com as linhas de pesquisa correlatas do Programa de Geografia Física”

Em primeiro lugar, consideramos que a Comissão não foi justa ao atribuir para este sub-item a avaliação “bom” pois, as “críticas” (que contra-argumentamos em seguida) foram dirigidas a duas (2) linhas de pesquisa apenas. Como o relatório informa, o Programa possui dezesseis (16) linhas de pesquisa, o que quer dizer que apenas 12,5% do total foi passível de críticas, enquanto que 87,5% das linhas

de pesquisa do programa não o foram. Assim, julgamos que pelo critério quantitativo, a avaliação “bom” deveria ser revista.

Em segundo lugar, no que se refere ao conteúdo, lembramos que a Área de Concentração do Programa é “Geografia Humana” e ao que tudo indica a análise da Comissão quanto às linhas de pesquisa não levou em consideração que as linhas chamadas de “genéricas” são ramos consolidados do conhecimento Geográfico constante dos manuais epistemológicos de nossa ciência. E mais do que isso, elas se devem ao fato de que importantes geógrafos brasileiros, como por exemplo o Prof. Dr. Milton Santos, trabalham em Geografia Urbana com

teoria e método. Portanto, as linhas de pesquisa podem também ser, na visão dos Orientadores dos Programas, genéricas, pois elas devem englobar um número significativo de temáticas que se articulam, necessariamente, a partir de uma “vertente teórico-metodológica” - esta sim bem delimitada pelo corpo docente a partir do encaminhamento da pesquisa. Acreditamos que as limitações temáticas, como consequência do processo de especialização do conhecimento, limitam a possibilidade de emergência de novos caminhos de análise imposta pela dinâmica das transformações espaciais.

Assim, “Geografia Urbana” enquanto linha de pesquisa, aponta para o fato de que o fenômeno urbano é múltiplo e complexo, e nos coloca hoje como perspectiva vários caminhos temáticos que precisam ser analisados como por exemplo, as novas formas de comércio, a dinâmica da morfologia, as transformações da indústria, o cotidiano. É no conjunto desses aspectos que o fenômeno urbano ganha sentido. E é a perspectiva teórico-metodológica que os une. Portanto a linha “Geografia Urbana” se impõe não como generalidade, mas como “possibilidade analítica” neste caso, entendemos que a Comissão tomou o plano formal pelo conteúdo.

Quanto à necessidade de se criar uma área de Concentração em Cartografia, é uma decisão que se toma em função do desenvolvimento da ativida-

de de pesquisa. No DG-USP não se trabalha abstratamente com a Cartografia, mas em sua relação com a Geografia Física e com a Geografia Humana, o que torna a pesquisa em Cartografia menos técnica e mais acadêmica. É o processo de pesquisa que cria as possibilidades, dessa forma de se chegar a uma nova Área de Concentração de um processo baseado no resultado das investigações que se desenvolve.

Assim, esperamos que a Comissão perceba a improcedência acadêmica dos comentários e reveja a avaliação “bom” aplicada neste sub-item.

Já com relação ao sub-item 4 “Participação do Corpo Discente nos Projetos de Pesquisa” avaliado como “fraco” com o comentário “A baixa participação do Corpo Discente nos Projetos de Pesquisa precisa ser corrigida” entendemos que devemos esclarecer à Comissão que o mesmo também não procede. O Relatório 96 revela a sua presença, pois mais de cinquenta e quatro (54) alunos estão presentes nas informações docentes. Como os projetos de pesquisa em andamento em 1997 são os mesmos, é praticamente óbvio que estes alunos continuam presentes, embora por um lapso as suas presenças tenham sido omitidas no Relatório de 1997.

De qualquer forma, julgamos que estes argumentos são suficientes para que a Comissão reveja a avaliação para este sub-item.

Assim, baseados nos argumentos e justificativas, solicitamos seja também revista e alterada a avaliação final da Comissão “bom” pois as penalizações improcedentes dos sub-itens 1 e 4, permitem que a avaliação geral seja também mudada. Esta necessidade pode ser verificada no conjunto das avaliações que a própria Comissão emitiu, pois o sub-item 4 - “Atividades extras e de orientação nos cursos de graduação” o sub-item 4 do item IV Atividades de Formação a avaliação, para nós, também improcedente foi “regular”.

#### IV - Atividades de Formação

##### a. Síntese da avaliação.

Itens <sup>1</sup>	Pesos	Avaliação <sup>2</sup>
1 Adequação e abrangência da Estrutura Curricular relativamente à Proposta do Programa e às suas Áreas de Concentração. Adequação e abrangência das disciplinas ministradas em relação às Linhas e Projetos de Pesquisa.	30	Muito Bom
2 Distribuição da carga letiva e carga horária média. Participação de outros docentes.	20	Muito Bom
3 Quantidade de orientadores do NRD6 relativamente à dimensão do corpo docente. Distribuição da orientação entre os docentes e número médio de orientandos por docente.	20	Regular
4 Atividades letivas e de orientação nos cursos de graduação.	10	Regular
5 Recursos de biblioteca, laboratórios e informática	20	Muito Bom
6		
<b>Comissão</b>		<b>Bom</b>

<sup>1</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.  
<sup>2</sup> Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

##### b. Apreciação.

O número de orientandos de pós-graduação por orientador é excessivamente elevado, enquanto que a orientação de alunos de graduação tem sido pouco dinâmica, sendo desejável maior equilíbrio entre as duas.

#### 4. Item IV Atividades de Formação

Foi atribuída para os sub-itens 1, 2 e 5 a avaliação máxima “muito bom”. Entretanto, para o sub-item 3, “Quantidade de orientadores do NRD6 relativo à dimensão do corpo docente, distribuição da orientação entre os docentes, e número médio de orientandos por docente” foi atribuída avaliação “regular” com a seguinte apreciação: “O número de orientandos de Pós-Graduação por orientador é excessivamente elevado”...

Em primeiro lugar, a quantidade de orientadores do NBR6 relativa à dimensão do corpo docente representa 77,4% enquanto que orientadores aposentados alcança, apenas 22,6%. Ressalve-se aqui, também, o argumento já apresentado anteriormente de que os orientadores aposentados dedicam-se, exclusivamente, à Pós-graduação.

Em segundo lugar, quanto à distribuição de orientandos entre os docentes, é preciso ressaltar à Comissão, conforme presente no Relatório, que há entre os orientadores no NRD6 um total de cinco (5) que pelo Regulamento da Pós-graduação da FFLCH-USP, orientam apenas no mestrado, e por isso o número máximo é menor. É também Regulamento da FFLCH-USP que determina o número máximo de orientandos por orientador em 13. Devemos esclarecer também que pelo Regulamento, o Coordena-

dor da Área deve ficar responsável por todos os orientandos que tenham conflitos com seus orientadores e estejam em mudança de orientação. Outro fato a ser esclarecido ainda neste sub-item é que como o ingresso na Pós-graduação na FFLCH-USP se faz semestralmente, e que o número total de alunos no ano, face o balanço entrada e defesas pelos orientadores, pode superar no geral 13.

Em terceiro lugar, o número médio de orientandos por docentes em termos gerais, em 1996 e 1997, foi de 4,6 para o mestrado e 5,5 para o Doutorado, o que equivaleu no período em número médio total de 10 orientandos por docente. Do número total de docentes, em 1996, dezoito (18) orientadores levaram orientandos à defesa, conforme revela o Relatório. Em 1997 esse número subiu para vinte e cinco (25) ou seja, 81% dos orientadores levaram alunos à defesa. Entre eles estavam presentes todos os docentes aposentados, como demonstração de vitalidade acadêmica.

Em quarto lugar, é necessário frisar, no mínimo, que estranhamos o comentário sobre o número de orientandos da Pós-graduação por orientador considerado “excessivamente elevado”, pois nos critérios referentes anexos à Avaliação não há menção alguma a um número padrão. Além disso, é bom alertar a Comissão que o número de orientandos por orientador que o Programa adota é limite máximo, e cabe aos orientadores atingi-lo ou não. Aqueles que o atingem têm traduzido o trabalho de orientação em dissertações e teses que se pautam mas sobretudo pela qualidade, pela quantidade reconhecida nacional e internacionalmente.

Em quinto lugar, para se considerar o número de orientandos por orientador excessivo, é necessário a avaliação do conteúdo dos trabalhos de pesquisa.

Nós achamos que 13 orientandos por orientador é um número elevado, e há muito tempo consideramos isso, só que não se pode confundir quantidade com qualidade, o que ocorre é que em nome da manutenção da excelência estamos com um volume de trabalho excessivo, o que certamen-

te a qualidade não aponta para a perda de como pode ser comprovada pela leitura dos trabalhos.

Assim, a avaliação negativa deste item é no mínimo precipitada e simplista sem a consideração do seu conteúdo. Qualquer consideração do número sem sua necessária correlação com o conteúdo é abstrata e subjetiva.

Qual é a correlação entre aumento de alunos titulados e aumento do número de alunos matriculados? Para a Comissão é negativo. Por que? Se os alunos estão produzindo suas pesquisas, defendendo seus trabalhos, o que isso pode ter de negativo? Talvez nosso relatório não tenha deixado claro que nosso método de trabalho em pesquisa/orientação seja “competente” o suficiente para podermos orientar um número “excessivo” de alunos.

Dessa forma, parece que a Comissão resolveu punir o Programa porque os professores-orientadores trabalham além do limite que a Comissão acha que os docentes deveriam trabalhar. É no mínimo estranho que neste final de século alguém possa ser punido por trabalhar demais.

Insistimos no sentido de que a Comissão reveja a avaliação “regular” para este sub-item, pois, o número de orientandos por orientador não é critério sozinho para avaliar a qualidade da pesquisa realizada no Departamento de Geografia - USP e reconhecida - no plano acadêmico - nacional e internacionalmente. O banco de teses e as publicações de livros e de revistas em todo o país testemunham a qualidade da pesquisa na Geografia da USP.

Já quanto à avaliação “regular” atribuída ao sub-item 4 “Atividade letivas e de orientação nos cursos de graduação” acreditamos que a Comissão cometeu outro equívoco, pois como pode ser observado no Relatório 96/97, todos os docentes do NRD6 ministram aulas no curso de Graduação do DG-USP. Aliás, é bom informar a Comissão que neste Departamento é obrigatório todos os docentes (independente da titulação) ministrarem disciplinas de Graduação. Este registro, tudo indica, passou despercebido pela Comissão em sua análise dos Relatórios.

Também, ainda em relação a este sub-item 4, cabe retomar argumentos já utilizados no item III, pois o Relatório de 96 que por exemplo, registra a presença de 54 discentes orientados pelos docentes do NRD6.

Aproveitamos também para esclarecer a Comissão que em nosso curso de Graduação o Trabalho de Graduação Individual (TGI) é requisito para a formatura do aluno o que significa que os professores (todos: aposentados ou não) orientam tanto alunos do pós-graduação quanto de graduação e há, em muitos casos, um trabalho onde alunos de graduação e pós-graduação participam das mesmas atividades juntos (colóquios, reuniões de pesquisa) principalmente nos laboratórios. Há também publicações, no Departamento, que revelam essa dinâmica.

Informamos também, complementarmente, que a disciplina Iniciação à Pesquisa é igualmente obrigatória no currículo de graduação de nosso curso o que demonstra que este Departamento já há mais de 20 anos tem no desenvolvimento da orientação discente para a pesquisa um de seus pilares, o que certamente tem garantido a formação de nossos alunos. Além do que conforme consta de nosso Relatório 1996, "as melhorias de condições de infra-estrutura e de equipamentos da pós-graduação agregadas as demais condições oferecidas pelo departamento, tem contribuído para a melhoria de qualidade do ensino de graduação. Exemplo disso, foi a montagem da Sala de Aula de Microinformática, e da Sala de pesquisa em geo-informação, ambas montadas basicamente com recursos destinados a pós-graduação, como também é o caso da contribuição ao melhor aparelhamento dos laboratórios departamentais. Há a apontar, sobretudo a aprovação do Projeto Departamental para o programa PET, a realização de excursões com participação de alunos de iniciação científica.

A ressaltar, o apoio do programa à revitalização da Biblioteca, seção Geografia-História, e a criação de ambientes de estudo, que significam gran-

de apoio ao desenvolvimento de estudos por parte de graduandos e pós-graduandos. Também a realização e apoio à participação em eventos científicos tem tido excepcionais resultados para a integração em pauta"

Assim, pedimos à Comissão que reveja a avaliação "regular" atribuída a este sub-item e o comentário feito de que "a orientação de alunos de graduação tem sido pouco dinâmica, sendo desejável maior equilíbrio entre as duas"

Também como consequência das colocações feitas, entendemos ser necessário que a Comissão reveja igualmente a avaliação geral "bom" emitida para este item IV, para que no mínimo se faça justiça aos fatos, o que, temos certeza é de há muito tempo de conhecimento de todos (inclusive dos membros da própria Comissão).

#### V - Corpo Discente

##### a. Síntese da avaliação:

Itens <sup>1)</sup>	Pesos	Avaliação <sup>2)</sup>
1 Dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD6.	20	Muito Bom
2 Número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente.	20	Muito Bom
3 Número de titulados e proporção de desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo discente.	40	Bom
4 Número de discentes-autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente [e participação de discentes-autores da graduação].	20	Muito Bom
5		
6		Muito Bom

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.  
<sup>2)</sup> Atributos: Muito Bom, Bom, Regular, Fraco, Deficiente.

##### b. Apreciação:

#### 5. Item V Corpo Discente

A avaliação da Comissão para os sub-itens 1, 2 e 4 foi "muito bom" ou seja, conceito máximo. Mas para o sub-item 3 "numero de titulados e proporção de desistência e abandonos em relação à dimensão do corpo discente" a avaliação foi "bom"

Também aqui apresentamos argumentos que talvez tenham passado despercebidos pela Comissão. O Programa do Mestrado em Geografia Humana tituló em 96/97 quarenta e quatro (44) mestres, enquanto que o número de abandono foi de onze (11),

ou seja, alcançou uma relação de 80% titulados contra 20% de abandono. O Programa de Doutorado alcançou a mesma proporção com trinta e um titulados (31) e oito (8) abandonos. Entretanto, a relação entre o abandono e o número total dos alunos mostra que este percentual é baixo, ou seja, 4,2% no mestrado em 1996, e 3,5% para 1997, no doutorado a relação é de 2,1% em 1996 e 3,5% em 1997.

Desta forma, o conceito deve ser repensado.

De qualquer forma, parece que o conceito geral "muito bom" para o conjunto do item V, revela a realidade de nosso corpo discente.

#### VI - Teses e Dissertações

##### a. Síntese da avaliação

Itens <sup>1)</sup>	Pesos	Avaliação <sup>2)</sup>
1 Vínculo das teses e dissertações com Áreas de Concentração e com Linhas e Projetos de Pesquisa; adequação ao nível dos cursos.	30	Muito Bom
2 Tempo médio de titulação de bolsistas; tempo médio de bolsa. Relação entre os tempos médios de titulação de bolsistas e de não bolsistas.	30	Regular
3 Número de titulados em relação à dimensão do NRD6. Participação de outros docentes.	20	Regular
4 Qualificação das Bancas Examinadoras. Participação de membros externos.	20	Muito Bom
5		
6		
<b>Comissão</b>		<b>Bom</b>

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

##### Apreciação.

O tempo médio de titulação deve ser reduzido, tanto para Mestrado, como para Doutorado.

## 6. Item VI - Teses e Dissertações

O Programa recebeu neste item VI para os sub-itens 1 e 4 a avaliação "muito bom" Mas para os sub-itens 2 e 3 a avaliação foi "regular" e comentário apresentado foi "o tempo médio de titulação deve ser reduzido, tanto para o Mestrado como para o Doutorado"

Com relação ao sub-item relativo ao tempo médio de titulação cabe esclarecer que ele é de em média cinco anos e meio para o mestrado e para o doutorado. O que responde corretamente ao regulamento da FFLCH-USP, que até o ano passado admitia como prazo o máximo cinco anos com possibilidade de 1 ano de trancamento justificado, tanto para o Mestrado como para o Doutorado decisão essa

baseada em critérios estritamente acadêmicos pois não se pode definir critérios para o desenvolvimento de pesquisas em ciências humanas "mesma régua" que aqueles das ciências exatas.

Sobre o tempo médio de titulação, cabe uma reflexão: a "velocidade" não é um quesito acadêmico o tempo de formação é um outro tempo e envolve muita reflexão, amadurecimento para a análise - o objetivo da pós-graduação não pode ser reduzido a realização de uma dissertação ou tese, mas deve ter como objetivo mais amplo a "construção do pensamento geográfico que dê conta da análise da realidade brasileira e mundial" Portanto a preocupação com a qualidade é evidente, não se pode diminuir o tempo de realização de uma tese, e esta deve ser uma decisão acadêmica e cada curso deve poder "liberar" sobre o tipo/qualidade/aprofundamento da pesquisa que quer/deseja e ache necessário realizar. O "exercício" da liberdade é quesito fundamental à produção do conhecimento. Todos sabem que é possível diminuir os prazos. Mas será que não estaríamos com isso, abdicando de formação?

Ainda sobre este sub-item 2, queríamos lembrar a Comissão que o Programa tituló em termos totais em 1996 e 1997, quarenta e quatro (44) mestres e trinta e um (31) doutores, o que revela uma fatia significativa dos titulados no país e, particularmente, em relação aos demais programas. Parece que a expressão desses números não foi devidamente levada em conta pela Comissão na avaliação concedida.

Com relação ao sub-item 3, número de titulados em relação à decisão do NRD6 e Participação de outros docentes, igualmente, parece que a Comissão não ponderou que o Programa de Doutorado teve 44 defesas para um NRD6 de 24 docentes, o que vale dizer que o programa alcançou uma média nos dois anos, 1,8 mestres por orientador. No doutorado foram realizadas 31 defesas o que revela uma média de 1,3 doutor por orientador.

Também os professores aposentados mostraram sua participação nos programas com uma

média de 0,8 mestres e doutores por orientador. Portanto, com base nestes argumentos entendemos que a Comissão foi amplamente injusta com a avaliação “regular” para este sub-item, e certamente será sensível na direção positiva de sua alteração.

Ainda sobre o item VI - Teses e Dissertações, solicitamos à Comissão, que com base nos elementos apresentados neste item, proceda a revisão consequentemente da avaliação final deste quesito “bom”, pois assim, certamente estabelecer-se-á um quadro mais justo para o Programa.

#### VII - Produção Intelectual

##### a. Síntese da avaliação.

Item <sup>1)</sup>	Pesos	Avaliação <sup>2)</sup>
1 Adequação dos tipos de produção à Proposta do Programa e vínculo com as Áreas de Concentração, Linhas e Projetos de Pesquisa ou Teses e Dissertações.	20	Muito Bom
2 Qualidade dos veículos ou meios de divulgação.	30	Muito Bom
3 Quantidade e regularidade em relação à dimensão do NRD6; distribuição da autoria entre os docentes.	30	Bom
4 Autoria ou co-autoria de docentes.	10	Bom
5 Veículo de divulgação associado	10	Muito Bom
6 Comissão		Muito Bom

<sup>1)</sup> Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

<sup>2)</sup> Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

##### b. Apreciação.

A produção intelectual acha-se concentrada em um número restrito de docentes permanentes

## 7. Item VII Produção Intelectual

O Programa recebeu em termos gerais a avaliação “muito bom” Mesmo assim, dos cinco sub-itens avaliados, três (os de número 1, 2 e 5), tiveram avaliação “muito bom” Mas dois sub-itens, os de números 3 e 4, receberam avaliação “bom”

Quanto ao sub-item 3 - “Quantidade e regularidade em relação à dimensão do NRD6 e distribuição da autoria entre os docentes” a Comissão emitiu também a seguinte apreciação. “A produção intelectual acha-se concentrada em um número restrito de docentes permanentes”

Cabe então a apresentação de um conjunto de argumentos para mostrar que a Comissão não levou, possivelmente, em consideração as informações constantes do Relatório, como vamos demonstrar.

Em primeiro lugar, o Programa apresentou no biênio uma elevada performance. Foram 23 livros publicados, sendo que dois foram publicados no exterior; (nestes tivemos como autores 6 professores permanentes e três professores aposentados). Com relação aos capítulos de livros, tivemos publicado 37 capítulos de autoria de 14 docentes (11 do NRD6 e 3 aposentados). Entre os livros publicados estão dois livros que receberam no ano de 1996 o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro, como bem sabem os membros da Comissão de Avaliação da CAPES, ou seja, “A Natureza do Espaço” prof. Milton Santos e “Geografia do Brasil” prof. Jurandyr Luciano Sanches Ross (org.), que tem 5 capítulos escritos por docentes deste Programa e os demais da área de Geografia Física aqui da USP.

Em segundo lugar, gostaríamos de destacar que os docentes do Programa publicaram nas revistas científicas um total de 32 artigos sendo 5 em revistas internacionais. Estes artigos foram de autoria de 14 docentes do Programa (11 do NRD6 e 3 de aposentados). Em jornais, foram publicados 11 artigos de docentes, sendo de autoria de seis docentes do NRD6 e dois aposentados. Pensamos que esses números apenas já são suficientes para demonstrar que a Comissão não observou atentamente os Relatórios apresentados, pois estes elementos colocam por terra a apreciação feita pela Comissão de que a produção está “concentrada em um número restrito de docentes” Senão vejamos, o NRD6 do Programa refere-se a vinte e quatro (24) docentes. Destes, tivemos com produção intelectual um total de 14 docentes, o que não evidencia por certo a idéia de “número restrito”

Quanto ao sub-item “Na autoria ou co-autoria de docentes” que também recebeu avaliação “bom” devemos informar à Comissão que nestes dois anos foram publicados quatro (4) livros de alunos do Programa, sendo que de quatro autores diferentes; vinte e nove (29) capítulos de livros, sendo um internacional; oitenta e um (81) artigos em revistas científicas; cento e setenta e quatro (174) publica-

ções em Anais; quarenta e quatro (44) artigos em jornais; além de um grande número de outras publicações e atividades. No final, foram cento e quarenta e dois discentes autores em 1996 e cem em 1997.

Enfim, o item Produção Intelectual contém nos Relatórios um total de mais de 650 publicações variadas, o que certamente demonstra a injustiça que a Comissão cometeu a atribuir aos dois sub-itens a avaliação "bom", que solicitamos seja revista integralmente, pois a produção no biênio 94/95 foi menor e o Programa recebeu avaliação A.

#### QUALIDADE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

a. Qualidade dos dados fornecidos e das informações disponíveis sobre o Programa.

Quesitos	Pesos	Coerência <sup>1)</sup>	Completo <sup>1)</sup>
I Proposta do Programa	xxx	Bom	Bom
II Corpo Docente	20	Bom	Bom
III Atividades de Pesquisa	20	Bom	Bom
IV Atividades de Formação	15	Bom	Bom
V Corpo Discente	10	Bom	Bom
VI Teses e Dissertações	15	Bom	Bom
VII Produção Intelectual	20	Bom	Bom
<b>Comissão</b>		<b>Bom</b>	<b>Bom</b>

<sup>1)</sup> Atributos: Bom; Regular; Deficiente.

b. Apreciação.

### 8. Item Qualidade dos dados e informação

Neste item o Programa recebeu a avaliação máxima, o que evidencia que a Comissão teve à sua disposição todas as informações que temos apontado anteriormente - e nem sempre a usou na elaboração de sua avaliação.

### 9. Item Conceito do Programa

Um dos pontos que achamos mais contraditórios da avaliação refere-se ao fato de que tanto o programa de Geografia Humana quanto aquele de Geografia Física apresentaram exatamente em todos os itens os mesmos conceitos e entretanto, recebeu nota "5". Esta incoerência revela, no mínimo, a necessidade de revisão da avaliação sobre o nosso relatório.

Quanto aos comentários da Comissão de que as observações e as recomendações feitas no

período 94/95 não produziam resultados significativos, (tal fato se refere ao tempo de duração do curso) temos a informar que era impossível isto ocorrer, pois mesmo tendo sido reduzido o tempo máximo do curso (para mestrado e doutorado) os alunos que já haviam ingressado, por um princípio universal, têm direito adquirido. Certamente, os efeitos começarão a surgir no próximo período.

Assim, à luz de todos os argumentos acima apontados solicitamos finalmente no que diz respeito ao **Conceito do Programa item b - Conceito Global do Programa**: que a Comissão reveja sua avaliação final "4".

#### CONCEITO DO PROGRAMA

a. Síntese da avaliação dos quesitos, expressa pelas respectivas Tendências Dominantes.

Quesitos	Pesos	Avaliação da Comissão <sup>1)</sup>
I Proposta do Programa	xxx	Adequado
II Corpo Docente	20	Muito Bom
III Atividades de Pesquisa	20	Bom
IV Atividades de Formação	15	Bom
V Corpo Discente	10	Muito Bom
VI Teses e Dissertações	15	Bom
VII Produção Intelectual	20	Muito Bom
<b>Tendência Dominante</b>		<b>Bom</b>

<sup>1)</sup> Exibição dos atributos definidos nos respectivos quesitos.

b. Conceito global do Programa, considerando a avaliação dos quesitos e os critérios da Área de Avaliação:

Conceito <sup>1)</sup>	4
------------------------	---

<sup>1)</sup> Escala de conceitos: 1 a 7, em sentido crescente de qualidade. A classificação SA - sem avaliação, é alternativa ao conceito e pode ser atribuída a Programas não avaliados, exclusivamente por ausência ou insuficiência de dados e informações. Neste caso, deve ser Deficiente a avaliação dos itens coerência e completude dos seus dados e informações.

c. Justificativo.

O Programa tem grande tradição e importância no desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação em Geografia no Brasil, formando recursos humanos altamente qualificados. Presentemente, apresenta problemas nos principais indicadores, como corpo docente, projetos e linhas de pesquisa, participação do corpo discente nos projetos de pesquisa, grande quantidade de orientandos por orientador e, complementarmente, o excessivo tempo médio de titulação. Deve também ser registrado que muitas observações e recomendações da avaliação referente ao período 1994/1995 ainda não produziram resultados significativos no período avaliado.

### 10. Item Síntese Evolutiva

Quanto ao quadro relativo à Síntese Produtiva, solicitamos que a Comissão observe o número de livros, principalmente produzidos pelos integrantes do Programa, que revela indicativo de qualidade da produção intelectual. Salientamos que o programa está realizando um trabalho intenso para formar um banco de dados, pois pensamos assim equacionar os problemas que temos enfrentado na coleta das informações.

**SÍNTESE EVOLUTIVA**

a. Evolução do Programa, principalmente em relação aos quesitos considerados, levando em conta os processos anteriores de avaliação e as informações complementares disponíveis.

Quesitos	Pesos	Situação <sup>1)</sup>	Aspecto <sup>2)</sup>
I Proposta do Programa	xxx	Sem Alteração	Inespecífico
II Corpo Docente	20	Pior	Forte
III Atividades de Pesquisa	20	Sem Alteração	Forte
IV Atividades de Formação	15	Sem Alteração	Forte
V Corpo Discente	10	Pior	Forte
VI Teses e Dissertações	15	Melhor	Inespecífico
VII Produção Intelectual	20	Pior	Forte
<b>Tendência de Evolução</b>		Sem Alteração	xxx

1) Atributos: Melhor; Pior; Sem alteração significativa.

2) Atributos: Forte; Fraco; Inespecífico.

b. Apreciação.

O Programa é forte no seu conjunto mas, em relação à situação anterior, mostra, em 1997, diminuição do número total de docentes permanentes (NRD6), que vinha crescendo lentamente. Apesar do aumento do número de alunos titulados no período, o número total de alunos que permanecem matriculados, já considerado excessivo, aumentou em 1996 e 1997. A produção intelectual, em artigos de revistas e capítulos de livros, mostrou queda no período. O fluxo de alunos apresentou melhora, com diminuição do tempo médio de titulação que, apesar disto, ainda continua muito alto.

Ainda sobre a queda de produção intelectual, cabe afirmar novamente que aqui se confunde quantidade com qualidade apesar dos 650 trabalhos publicados, o que vale uma quantidade não negligenciável. Mesmo assim, as avaliações não poderiam ignorar a especificidade do trabalho acadêmico na área das Ciências Humanas; é preciso pensar que há momentos em que se fez pesquisa o que demanda muito tempo em trabalho de coleta de informação, leituras, reflexão, debate - e os momentos onde se pode mostrar seus resultados passíveis de serem publicados. Portanto, qualquer avaliação deste número deve levar em consideração um período mais longo, para não comprometer o trabalho na Universidade.

Quanto ao número de trabalhos publicados pelos alunos, ele necessariamente aumentou no período. Não se pode esquecer que neste período surgiu a Revista GEOUSP (de pós-graduação), item a nosso ver fundamental para avaliação de um curso de Pós-graduação (3 números em 15 meses); além

das publicações nos laboratórios que contam com importante participação de alunos (graduação e pós-graduação).

Assim, esperamos que a Comissão Avaliadora analise novamente o relatório e possa rever a avaliação final do Programa. Nossa expectativa é de que sempre a justiça, antes de tudo, impere no meio acadêmico e científico do Brasil.

Nosso programa continua sendo responsável por parte bastante significativa das titulações do país e o número de alunos não pode continuar a crescer indefinidamente, sob a pena de perda da qualidade. Mesmo porque, embora possamos contar com a inestimável colaboração de professores titulados aposentados, a quase totalidade do corpo docente do Departamento de Geografia já faz parte do corpo de orientadores credenciados junto ao programa, com vagas de orientação totalmente preenchidas. E, também não é segredo, continua contribuindo para a formação dos professores das Universidades Federais, Estaduais do Brasil e com isso criando profundas raízes para a constituição do pensamento geográfico brasileiro fato este não ignorado pelos membros da Comissão. Convém também não esquecer que até 1997 o Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo formou somente na área de Geografia Humana 246 Mestres e 127 Doutores - com a qualidade lhe garantiu respeito e reconhecimento nacional e internacional.

São Paulo, 11 de agosto de 1998